COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 7.954, DE 2010 (Apenso o Projeto de Lei nº 883, de 2011)

Dispõe sobre a criação da Universidade Federal de Jundiaí e Região – UNIFEJ – com sede no Município de Jundiaí, Estado de São Paulo.

Autor: Deputado VICENTINHO

Relator: Deputado EUDES XAVIER

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 7.954, de 2010, do Deputado Vicentinho, pretende autorizar o Poder Executivo a criar a Universidade Federal de Jundiaí e Região – UNIFEJ, vinculada ao Ministério da Educação, com sede no Município de Jundiaí, no Estado de São Paulo.

A UNIFEJ adquirirá personalidade jurídica mediante inscrição de seus atos constitutivos no registro civil das pessoas jurídicas. A entidade deverá ministrar ensino superior e desenvolver pesquisas em diversas áreas do conhecimento, bem como promover a extensão universitária, tendo como objetivo primordial o desenvolvimento regional.

O patrimônio da nova universidade será constituído pelos bens e direitos que vier a adquirir, incluindo os provenientes de doação pela União, Estados, Municípios e por outras entidades públicas e particulares. Só

será admitida doação à entidade de bens livres e desembaraçados de ônus judiciais, contábeis ou de qualquer outra natureza.

O Poder Executivo ficará também autorizado a transferir à UNIFEJ bens móveis e imóveis da União, necessários ao seu funcionamento.

Para a implantação da UNIFEJ serão utilizados recursos provenientes de dotações consignadas no Orçamento da União, de auxílios e subvenções a ela concedidos, de remuneração por serviços prestados a entidades públicas ou particulares, de convênios, acordos e contratos celebrados com entidades ou organismos nacionais ou internacionais e de receitas eventuais.

São também criados os cargos de Reitor e Vice-Reitor da UNIFEJ. A administração superior da entidade será exercida pelo Reitor e pelo Conselho Universitário, no âmbito de suas respectivas competências, que serão definidas no estatuto e no regimento interno da entidade.

Os cargos de Reitor e de Vice-Reitor da UNIFEJ serão providos, temporariamente, por ato do Ministro de Estado da Educação, até a completa implantação da entidade, na forma de seu estatuto.

Até sua implantação definitiva, a UNIFEJ poderá contar com a colaboração de pessoal docente e técnico-administrativo, mediante cessão de servidores pelos governos federal, estadual e municipal, independentemente da restrição contida no inciso I do art. 93 da Lei 8.112 de 1990, que dispõe sobre a cessão de servidor federal para o exercício de cargo de confiança.

Apenso ao principal tramita o Projeto de Lei nº 883, de 2011, do Deputado Luiz Fernando Machado. O projeto apensado tem os mesmos objetivos do principal, deste diferindo basicamente por não tratar da criação e do provimento temporário dos cargos de Reitor e Vice-Reitor, bem como por não fazer menção à possibilidade de cessão de servidores à nova entidade até sua integral instalação. De acordo com a proposição apensada, o Poder Executivo ficaria autorizado a praticar os atos necessários à implantação da universidade.

Não foram oferecidas emendas às proposições no prazo regimental.

II - VOTO DO RELATOR

Apesar de seu grande potencial econômico e do expressivo contingente populacional, estimado em trezentos e cinquenta mil habitantes segundo dados oficiais, o Município de Jundiaí não conta com uma instituição federal de ensino superior.

Por essa razão, muitos jovens do município e também de cidades vizinhas são obrigados a procurar vagas em instituições educacionais privadas, tendo de arcar com os custos elevados dessas escolas, ou ainda a se deslocar para a Capital ou outros locais em busca de vagas no ensino público, tendo, nesse caso, de suportar despesas adicionais com deslocamento e habitação.

A criação de uma universidade federal em Jundiaí é de extrema importância para suprir a demanda por vagas de ensino superior em toda a região, permitindo formação profissional de qualidade que permitirá melhores condições de vida para seus habitantes e irá atender às necessidades do mercado de trabalho regional.

A autorização para que o Executivo institua tal universidade será um sinal claro de apoio do Congresso Nacional à universalização do ensino superior público e, em particular, ao desenvolvimento de toda a região em que se situa Jundiaí, com reflexos positivos também para a economia nacional.

Para finalizar, lembramos que quaisquer questionamentos sobre a constitucionalidade das proposições, em especial se incorrem ou não em vício de iniciativa, devem ser resolvidos pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, devendo este colegiado ater-se ao mérito da matéria, em razão de suas atribuições regimentais.

Em face do exposto, nosso voto é pela aprovação dos Projetos de Lei nº 7.954, de 2010, e nº 883, de 2011, na forma do substitutivo anexo, que visa integrar o conteúdo das referidas proposições.

Sala da Comissão, em de de 2011.

Deputado EUDES XAVIER
Relator

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 7.954, DE 2010,

Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal de Jundiaí.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Universidade Federal de Jundiaí - UNIFEJ, de natureza fundacional, vinculada ao Ministério da Educação, com sede e foro no Município de Jundiaí, no Estado de São Paulo.

Art. 2º A UNIFEJ será regida por estatuto aprovado pela autoridade competente.

Art. 3º A UNIFEJ terá como objetivos ministrar ensino superior e realizar pesquisa em diversas áreas do conhecimento, bem como promover a extensão universitária, visando especialmente o desenvolvimento regional.

Art. 4º O patrimônio da UNIFEJ será composto pelos bens e direitos que vier a adquirir, inclusive mediante doação pela União e demais entidades públicas ou particulares.

Art. 5º Os recursos financeiros da UNIFEJ serão originários de:

I - dotações estabelecidas no Orçamento Geral da União;

II - auxílios e subvenções concedidos por órgãos e entidades públicas ou particulares;

III - remuneração por serviços prestados;

IV – convênios e demais ajustes firmados com órgãos e entidades públicas ou particulares; e

V – outras receitas previstas em lei.

Art. 6º Fica o Poder Executivo autorizado a praticar os atos necessários à implantação da UNIFEJ, incluindo:

I - a transferência de bens móveis e imóveis da União àquela entidade; e

II - a cessão de pessoal à entidade, independentemente da exigência contida no art. 93, inciso I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, até sua instalação definitiva.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2011.

Deputado EUDES XAVIER
Relator